

**ENCONTRO COM A PALCUS – PORTUGUESE AMERICAN LEADERSHIP  
COUNCIL OF UNITED STATES**

**Fall River, 28 de agosto de 2016**

*Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco  
Cordeiro*

Agradeço a todos a vossa presença e as vossas palavras e gostava, também, de dirigir uma saudação especial ao Presidente da Comissão Organizadora das Grandes Festas do Divino Espírito Santo da Nova Inglaterra, Duarte Carreiro, e uma saudação também ao convidado de honra, em representação da Comunidade, Fernando Benevides.

Dizer-vos que é, naturalmente, um gosto estar nesta edição das Grandes Festas, um gosto que o facto de esta não ser a primeira vez que aqui estou apenas torna maior, apenas engrandece e a torna mais significativa.

Uma saudação também à Rádio Voz do Emigrante. Helena Silva peço que transmita os meus cumprimentos a todos os responsáveis pela Voz do Emigrante pelo facto de constituir um importante elemento de preservação e de dignificação da nossa comunidade, em especial ao Frank Batista, e os votos de melhoras.

Tenho muito gosto em estar hoje aqui convosco, num momento em que é possível salientarmos neste encontro a importância desta relação que, desde há muito tempo, se estabelece entre as Comunidades Emigradas e os Açores. Numa forma mais vasta, esta relação que se estabelece entre os EUA e Portugal.

Este é um dado importante que gostaria de salientar e de reforçar, sobretudo no momento em que interessa unirmo-nos no sentido de, à volta de valores e de interesses comuns, podermos salientar esses valores e a forma como juntos podemos contribuir para que eles possam ser concretizados.

Gostaria de começar apenas por vos referir duas ou três ideias a propósito da situação nos Açores, uma situação que podemos considerar como desafiante. Uma situação que, sobretudo nos últimos anos, constituiu um desafio muito grande do ponto de vista económico, do ponto de vista social, no vencer de um conjunto de desafios com que fomos confrontados.

Questões relativas ao desenvolvimento económico, questões relativas à criação de emprego constituíram algumas das grandes preocupações que tivemos nestes quatro anos. Nós fomos afetados por uma crise económica que atingiu sobremaneira as nossas ilhas, que colocou uma pressão imensa sobre as famílias, sobre as empresas, e assumimos, desde a primeira hora, essa responsabilidade de, até ao limite da nossa capacidade, podermos dar a melhor resposta possível para servir essas famílias e essas empresas, para ajudá-los a ultrapassar esses momentos de maior dificuldade, não deixando ninguém para trás, no

fundo, tentando construir, em parceria com muitas entidades privadas, uma rede que pudesse ajudar a que, quer famílias, quer empresas, pudessem ultrapassar essa situação.

Os dados mais recentes que são conhecidos indicam que esse caminho tem sido percorrido de forma a produzir resultados. Os Açores, entre 2014 e 2016, conseguiram reduzir a sua taxa de desemprego em mais de 35%. É um dado significativo, é um dado que acaba por atestar também aquilo que tem sido feito, mas é um dado, sobretudo, que constitui um incentivo para o desafio que ainda temos à nossa frente e que ainda se centra nesse domínio.

Do ponto de vista económico e do ponto de vista social, costumo dizer que esta situação que enfrentamos ao longo destes quatro anos faz lembrar uma maldição que se atribui aos chineses e que é “que vivas tempos interessantes”. Foi assim que nos sentimos durante estes quatro anos, a viver tempos muito interessantes, muito desafiantes e algo difíceis.

Eu gostaria de, nesta ocasião, referir e partilhar convosco algumas ideias relativamente a um dos temas que, nesta relação entre Portugal e os EUA, com especial incidência nos Açores, acabou por ter um papel e uma importância bastante significativa.

Refiro-me, em concreto, àquilo que tem a ver com a Base das Lajes, àquilo que foram os desenvolvimentos que este assunto teve nestes quatro anos e que, na minha perspetiva, obviamente, colocaram e colocam ainda hoje à prova e sob tensão alguns aspetos dessa relação.

Em primeiro lugar, deixem-me ser particularmente claro quanto à forma como encaro esta questão. É habitual dizer-se que a relação entre Portugal e os EUA não se resume à Base das Lajes. É verdade que não se resume, mas a relação entre Portugal e os EUA tem na Base das Lajes e nos Açores um dos pilares essenciais dessa mesma relação. Falhando esse pilar, nada ficará como dantes.

Foi, também, a consciência dessa importância que levou a que, de forma bastante significativa, tivessem sido envidados tantos esforços, não apenas da parte do Governo dos Açores, mas também da parte de um conjunto de outras entidades. Recordo, a este propósito, o trabalho que foi possível fazer em conjunto com representantes estaduais e federais, representantes políticos estaduais e federais.

Vejo aqui o Senador Daniel da Ponte, que teve um contributo verdadeiramente essencial neste processo e que continua a manifestar toda a disponibilidade e todo o interesse em ajudar e gostaria de registar esse aspeto porque me parece importante.

Mas, também a nível federal, permitindo dessa forma construir aquilo que já chamei como uma “coligação de amigos dos Açores”. Foi isso que permitiu, em grande medida, que tivéssemos mudado uma decisão que não está na nossa competência, nem na nossa responsabilidade tomar, mas que acabou por, fruto também desse trabalho, desenvolvido de forma tão premente, desenvolvido de forma tão insistente, envolvendo também os mais variados níveis da diplomacia portuguesa, por exemplo, naquilo que tem a ver com despedimentos na Base das Lajes, não tenha existido um único despedimento. Todas as

cessações foram por mútuo acordo e, aliás, há neste momento já a contratação de mais trabalhadores portugueses para a Base das Lajes.

Mas isso não resolve totalmente este assunto. Nós temos passos muito significativos em algumas áreas: o caso da ciência e da investigação, o caso de alicerçar essa ligação mais na perspectiva do conhecimento, das tecnologias e da investigação.

Mas, se é certo que partilhamos inteiramente dessa perspectiva, o facto é que ela não esgota os efeitos da decisão que foi tomada pela Força Aérea norte-americana, ela deixa ainda em aberto dois aspetos que consideramos essenciais e que têm a ver com a componente económica dessa decisão e, por outro lado, com a componente ambiental dessa decisão.

É nisso que temos de salientar a necessidade de uma boa resolução para este assunto, de forma a permitir que, também nessas duas componentes, possamos ter um bom resultado, sem prejuízo, obviamente, daquelas que são áreas de vanguarda ou novas áreas para o desenvolvimento da relação ente os Açores e os EUA.

Muito obrigado.